

O olhar do poeta centenário, *Ubaldo Monteiro da Silva* sobre “A Polícia de Mato Grosso” (1835 -1985)

Nileide Souza Dourado

(Doutora em Educação e Mestre em História pela UFMT. Historiadora da área Técnica e Científica do NDIHR/IGHD/UFMT. Membro do Grupo de pesquisa ETRÚRIA - Laboratório de Estudos de Memória, Patrimônio e Ensino de História (CNPq/UFMT) e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). nileide@terra.com.br

O horizonte do presente estudo pauta-se em evidenciar o olhar de *Ubaldo Monteiro da Silva* sobre suas narrativas históricas vislumbradas na obra de sua autoria - *A Polícia de Mato Grosso: História e Evolução – O Sesquicentenário de sua Fundação (1835-1985)*, publicada no ano de 1985, pelo Governo do Estado e a Polícia Militar de Mato Grosso. O presente artigo foi elaborado para compor o contributo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) por ocasião dos festejos comemorativos do centenário do poeta, jornalista, escritor, oficial superior da Polícia Militar de Mato Grosso, deputado estadual, intelectual, memorialista e imortal, *Ubaldo Monteiro da Silva (1916-2016)*.

O lugar social do autor

Ubaldo Monteiro da Silva foi um cidadão que ocupou lugar de destaque na cena cultural mato-grossense, um intelectual nato, membro da elite local, descendente das antigas gerações dos Monteiros e Pompeo de Campos, originários de Nossa Senhora do Livramento, dos tempos dos bandeirantes.

Segundo Lenine de Campos Póvoas, guardadas as devidas proporções, revela que *Ubaldo Monteiro* foi uma espécie de *Olavo Bilac pós-moderno de Mato Grosso*. O poeta nasceu em Várzea Grande-MT, no dia 16 de maio de 1916, e destacou-se por diversos trabalhos e estudos. Coursou o ensino fundamental e o médio, bacharelando-se em Ciências e Letras no Liceu Cuiabano. Depois, cursou a Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, diplomando-se no ano de 1943. Exerceu vários cargos, como oficial da Polícia Militar; Diretor Geral do Departamento de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN, além de cumprir missões importantes, várias classificadas como de segurança externa. *Ubaldo Monteiro* dirigiu também as penitenciárias estaduais de Mato

Grosso, sendo que no ano de 1951, na Polícia Militar do Estado, fundou o *Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar de Mato Grosso* e, anos mais tarde, dirigiu a mesma escola. O oficial *Ubaldo Monteiro* foi professor do mesmo curso por seis anos, na década de 1950, tendo sido preceptor de grande número de ilustres mato-grossenses. No ano de 1957, se licenciou da Polícia Militar para se candidatar a deputado estadual, tendo sido eleito para a legislatura 1959-1963, retornando na mesma condição no período de 1964 -1966. Durante o período de exceção, negou-se a candidatar a qualquer cargo, mesmo conclamado pela população.

Vale ressaltar que, como deputado estadual, lutou por melhores salários para os policiais militares e conseguiu aprovar projetos de sua autoria de grande importância, como o dos Estatutos e o da Lei de Inatividade de Oficiais e Praças da Polícia Militar, além da aprovação de vários projetos em benefício da causa pública e dos policiais do Estado. Finalizando sua carreira militar, passou para a reserva como Chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Mato Grosso.

Detentor de vasta cultura, *Ubaldo Monteiro* sobressaiu-se, também, por produzir e participar de diversos trabalhos e serviços, prestados à sociedade mato-grossense, visto que no campo da literatura e da história publicou vários artigos publicados em periódicos com circulação em Mato Grosso e no Brasil, bem como os livros: *Meus Varzeanos (versos)*; *No portal da Amazônia (História de Várzea Grande)*; *Cuiabaninhos (contos)*; *A Polícia de Mato Grosso*; *Flor de Pequi (romance)*; *Várzea Grande, passado e presente*; *Sesmaria do Capão do Negro*; *Poesiprosa – poesias*; *Flashes dos 250 anos de Cuiabá*; *Senzalas Mato-grossenses*. Autor de várias músicas, entre elas a *Marcha do Centenário* e o *Hino oficial de Várzea Grande-MT*.

Segundo a literatura jornalística regional (VÁRZEA GRANDE/Portal, 2014), *Ubaldo Monteiro* se revelou um dos mais ferrenhos defensores das tradições mato-grossense. Suas obras têm sempre um toque refinado de sentimento nativista, que, de acordo com o poeta *Tem que escrever com a alma* (VÁRZEA GRANDE/Portal, 2014).

Ubaldo Monteiro foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT) e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML). Presidiu a Casa de Arte e Cultura de Várzea Grande e a Biblioteca Municipal. Pelos vastos trabalhos prestados a Mato Grosso, *Ubaldo Monteiro* recebeu várias homenagens de entidades e órgãos governamentais, tendo sido agraciado com a Ordem de Mérito de Mato Grosso e a Ordem do Mérito Legislativo de Mato Grosso, honrarias concedidas pelos poderes Executivo e Legislativo. Em 2009, o 1º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Cuiabá, constituiu um importante Museu, guardião da memória institucional, inaugurada com o nome de *Museu da PMMT Cel. PM RR Ubaldo Monteiro da Silva*, seu grande colaborador.

Assim, frente além de sua farta produção literária e historiográfica publicada, *Ubaldo Monteiro da Silva* deixou um inédito e precioso material para futura publicação. Após seu falecimento, em 29 de maio de 2004, seu acervo, em 2010, foi doado pela família, nas pessoas da viúva Neuza Ribeiro Monteiro da Silva e da filha Suíse Monteiro Leon Bordest, ao Arquivo da Casa Barão de Melgaço e está sendo objeto de arranjo e catalogação.

Ubaldo Monteiro é considerado um intelectual engajado na vida das cidades de Várzea Grande e Cuiabá, nos locais de decisões, de produção e divulgação do conhecimento e na promoção de debates, reflexões e prosas. Em suma: um autêntico *mediador cultural* do seu tempo.

Ubaldo Monteiro e *A Polícia de Mato Grosso*



Fonte: Acervo da Família Monteiro da Silva

A Polícia de Mato Grosso: História e Evolução, obra de autoria de *Ubaldo Monteiro*, homenagem especial pela passagem do aniversário maior da Polícia Militar – *O Sesquicentenário da sua Fundação (1835 -1985)* - procura destacar elementos para compreensão sobre o papel da polícia e o seu envolvimento no processo histórico de Mato Grosso, reportando-se sempre, à história e aos lugares nos tempos da Colônia até a República. Trata-se de uma obra com farta distribuição nas escolas, bibliotecas e demais órgão públicos de Mato Grosso. No entanto, vale destacar que o tema, *história da polícia*, é bastante recente na historiografia brasileira e mato-grossense.

O livro encontra-se estruturado com uma apresentação e um índice contendo vários títulos com temáticas que perpassam por acontecimentos de ordem política, econômica, social e cultural de Mato Grosso, em diferentes temporalidades, lugares e sujeitos sociais, porém, sob a ótica do autor, e tendo sempre a participação da polícia. Enfim, o estudo de *Ubaldo Monteiro* é resultante de seus escritos, pesquisas, memórias, olhares e escolhas.

Nesse sentido, com o presente texto busca-se apresentar um breve ensaio sobre a obra de *Ubaldo Monteiro, A polícia de Mato Grosso: História e Evolução*, mediante a escolha de temáticas apresentadas na obra, compreendidas como relevantes e conhecidas e outras tidas como curiosas, interessantes, porém, desconhecidas do grande público.

Desta maneira, pretende-se com o texto em questão, além, de participar dos festejos comemorativos do Centenário (1916-2016) de *Ubaldo Monteiro da Silva*, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, familiares e amigos, dar visibilidade a 15 (quinze) fatos inusitados da obra e inumerados no corpo do texto, mas, escolhidos como importantes para serem apresentados nessa ocasião festiva.

* * *

Considerações – é o assunto apresentado inicialmente pelo autor, especialmente, no que diz respeito à criação e trajetória histórica da polícia em Mato Grosso, ocasião em que *Ubaldo Monteiro* afirma que com as descobertas das *Minas de Cuiabá*, nos imensos sertões de Mato Grosso a polícia não havia ainda, sido criada e argumenta o que se segue:

[...] evidente é que se escalavam homens para as sentinelas noturnas, quando da formação dos primeiros núcleos, no meio de feras e do gentio bárbaro e traiçoeiro daqueles primórdios. **Entretanto, não se criaram nenhuma polícia no século XVIII, nas décadas de vinte a quarenta**, eis que tudo era por fazer após a fundação e só ao ouro passaram a interessar os que se internavam pelos sertões inóspitos, em viagem de três meses, entre peripécias de toda a natureza, enfrentando as tribos dos caiapós, guaicurus e paiaguás, os temíveis canoieiros [...]. (MONTEIRO, 1985, p. 11). [Grifo nosso].

Frente às afirmativas do autor, há que se estabelecerem outros olhares sobre essa questão. Tanto que nos estudos de Edvaldo de Assis (1998, p. 20) assinalam que as preocupações, no que tange a segurança, já estavam presentes também, no início do século XVIII, na América Portuguesa, especialmente, durante a permanência do governador da capitania de São Paulo, *Rodrigo César de Menezes*, na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (1727-1728), no que diz respeito “à organização militar e à formação de duas companhias de Ordenanças por homens sem fardamento e que não recebiam soldos ou ordenados”.

Quem analisa também, de forma minuciosa esse processo de estruturação das forças militares na Vila de Cuiabá, é Canavarros (2004, p. 98) que revela:

[...] por extensão do Extremo Oeste, chegara Rodrigo Cesar de Menezes [...] com uma missão política bastante clara: fundar a vila, estabelecer os poderes sob os quais a fiscalização viria por decorrência e, assim, criar uma cabeça-

de-ponte que facilitasse a concretização dos objetivos geopolíticos da Coroa Portuguesa.

Canavarros (2004, p. 97) esclarece ainda que a administração de Rodrigo Cesar foi operosa e que:

[...] durante a sua estada na Vila de Cuiabá, assinou quarenta e oito provisões de nomeações para cargos e ofícios os mais variados [...] entre os ofícios prevaleciam os de tabeliães, escrivães de meirinhos, tanto da Fazenda, quanto da Justiça e Câmara. No período em questão, a Companhia de Ordenanças, se constitui na guarda do governador, o que justifica o quantitativo de patentes de oficiais das ordenanças para Cuiabá, que corresponde em 24 concessões, sendo 21 lá assinadas por Rodrigo César [...]. Assim, com essas nomeações e concessões de patentes, dava Rodrigo César forma e substancia a instalação e organização do Estado naquelas minas [...].

Já para Leverger (2001, p. 47), no período colonial “criaram-se em Cuiabá seis Companhias de Ordenanças: duas na vila de Cuiabá, uma no distrito de Vila Maria (Cáceres), uma na Serra Acima (Chapada), uma no Coxipó, outras no Rio Cuiabá Acima e Rio Abaixo”. Face ao exposto, depreende-se que a polícia militar foi instalada na Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no período colonial mato-grossense, século XVIII.

Depreende-se que, no entendimento de *Ubaldo Monteiro*, há certo anacronismo, ou melhor, dizendo, uma pequena ausência cronológica, ou seja, um não alinhamento com a época e a categoria, denominada polícia. Tanto que, verificam-se através de suas histórias e pesquisas sobre a trajetória da corporação, seus diferentes nomes que hoje é denominada de polícia:

[...] a polícia de Mato Grosso já teve vários nomes, tendo surgida como tropa mista, com o nome de companhia de ordenanças, homens do mato, pedestre, corpo de polícia, força pública [...]. (MONTEIRO, p. 12, 1985).

No entendimento do autor, a criação da polícia só aconteceu a partir de 3 de março de 1753, no governo de D. *Antonio Rolim de Moura Tavares*, em Vila Bela, então capital da capitania de Mato Grosso, quando foi instituída uma Companhia de Ordenanças de homens Pardos, com o efetivo de 80 praças.

Por outro lado, Dourado (2014, p. 93) acrescenta que para a instalação da organização militar, na capitania de Mato Grosso, *Antonio Rolim de Moura* procurou seguir a risca os ordenamentos da Coroa, onde estabeleceu e organizou:

[...] a formação de uma Companhia de Ordenança, seguida da de outras companhias militares, como as de *Dragões, Tropas regulares, Milícias, Ordenanças, Pedestres,*

Pardos e Aventureiros, estimuladoras do povoamento da Capitania. Ao contingente militar coube erigir fortalezas e fortes em trechos estratégicos dos distritos de Mato Grosso e no Baixo Paraguai, visando à defesa territorial. Esse trabalho contou com a participação da população branca, índia e negra, recrutada para ingressar nas organizações militares, que foi agrupada em linhas de tropas e segundo a origem social e étnica de seus integrantes, ao arremedo das forças remanejadas dos regimentos portugueses, oriundas dos sistemas de recrutamento da população masculina.

Nessa condição, concluem-se que, para garantir os domínios e novas conquistas pelo império português através dos governantes do território colonial mato-grossense, os naturais da terra e os escravos eram aliciados para integrar as forças militares e, de certa maneira, além da força física, os colonizadores se apropriavam também dos saberes e fazeres desses dois segmentos sociais.

Para *Ubaldo Monteiro*, no período imperial brasileiro, a Província de Mato Grosso, através do seu primeiro Presidente, *Antonio Pedro de Alencastro*, criou, pela Lei n.º 30, de 5 de setembro de 1835, um corpo policial com a denominação de *HOMENS DO MATO*, os quais foram distribuídos pelos distritos do Município. Tal legislação baseava-se no Ato Adicional à Constituição Federal de 1824, que autorizava a organização das Polícias nas Províncias do Brasil.

De acordo com a legislação supra, *Ubaldo Monteiro* elucida, com destaque, os principais elementos seletivos para o ingresso no corpo policial da Província, ressaltando o artigo 5º da lei n.º 30, elaborado pelos Juizes de Paz, por ordem do Governo em todo o município e dele só serão excluídos:

§ 1.º - Os bêbados habituais, ladrões conhecidos e incorrigíveis;

§ 2.º - Os menores de 16 anos e maiores de 50 anos;

§ 3.º - Os casados que tratam de suas famílias e os que vivem honestamente de seus trabalhos, comércio ou ofício.

(MONTEIRO DA SILVA, 1835, P. 15)

Segundo *Ubaldo Monteiro*, o período político brasileiro em questão, foi muito conturbado, especialmente, para o corpo policial, pela situação motivada com a saída de D. Pedro I, do governo imperial brasileiro, em 1831, e com a instalação da Regência composta de brasileiros e também pela minoridade de D. Pedro II. Revela o autor que durante o processo de crise, em Mato Grosso, o governo de Antônio Corrêa da Costa sofreu grandes embaraços por parte de populares, que investiam contra os portugueses, especialmente, aqueles de alto poder aquisitivo, residentes em Cuiabá, os quais foram atacados com apelidos pejorativos, em prosas e versos, como se apresenta a seguir:

“Embarca bicudo, embarca,
Embarca canalha vil,
Que os brasileiros não querem
Bicudos no seu Brasil ...”

(MONTEIRO DA SILVA, 1985. p. 6).

Os mais audaciosos escreviam pelos muros: *MORTE AOS BICUDOS*.

* * *

Com a citação supra, *Ubaldo Monteiro* se aproxima da **Rusga**²³ - movimento regencial que eclodiu em diversas províncias do Brasil e também na de Mato Grosso, onde recebeu o nome de *Rusga*²⁴. Revela ainda o autor, que essas revoltas, tornaram-se movimentos encharcados de sangue, motivados pelo confronto entre brasileiros e portugueses residentes no Brasil. Argumenta também que os brasileiros alegavam estar cansados da semiescavidão em que viviam. Como agricultores, seus produtos eram comprados pelos portugueses que impunham os preços, os produtos de comércio vendidos pelos lusitanos tinham preços elevados e revela também, que os melhores empregos públicos eram dos portugueses e os de baixos vencimentos para os brasileiros.

Em Cuiabá, no ano de 1834, ressalta *Ubaldo Monteiro*, o povo cuiabano resolveu acabar com a preponderância dos portugueses, quando civis, guarda municipal, elementos da tropa de dragões que, na noite de 30 de maio daquele ano, reuniram-se e mataram quase todos os portugueses, arrombando casas comerciais e residenciais, escapando os que conseguiram fugir, protegidos pela escuridão.

Contudo, *Ubaldo Monteiro* finaliza o assunto dizendo que *os cabeças*, os líderes da *Rusga* em Cuiabá, sujeitaram-se a processo e foram condenados, sendo que a Guarda Municipal caiu em descrédito e foi extinta e, em seguida veio a nova corporação, denominada de *Corpo de Homens de Mato* como organismo de segurança pública. Todavia, os autores do drama sanguinário são remetidos para a cadeia de Vila Bela, dezessete sentenciado à pena última, pelo morticínio da *Rusga*.

Agora, com relação ao novo organismo de segurança criado no período político, o *Corpo de Homens do Mato*, que, segundo os documentos apontados por *Ubaldo Monteiro*, a partir de 1844, passou a ter nova denominação de *Corpo Municipal Permanente*. Todavia, em 20 de julho de 1848, assumiu o governo, o Major *Joaquim José de Oliveira*, do Corpo de Engenheiros que, a pretexto de manter a ordem pública, criou a organização sob a denominação de *Guarda Provisória de*

²³ **Rusga**, reação nativista à tirania lusa, com matança de ricos portugueses aqui sediados e pejorativamente chamados de “bicudos”. Repetiu-se a Noite de São Bartolomeu; era revanche republicana contra o poder reinol apeado do mando nacional... Falam os registros que o povo versejava a liberdade de jugo [...]. (FREIRE, 1991 p. 140).

²⁴ Sobre o assunto ver SIQUEIRA (1989) - *A Rusga em Mato Grosso*: edição crítica de documentos. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1989.

Segurança Pública, composta só de seus correligionários e formada por seis companhias, distribuídas pelas seis zonas da cidade, sob o comando do Tenente *Raimundo José de Souza*.

Nos registros de *Ubaldo Monteiro*, entre 1849 e 1864, outras forças públicas foram criadas como a *Companhia de Pedestres*, com efetivo de 82 homens, a serviço da Capital, mantenedora da ordem pública, ora internamente, ora nas diligências, evidenciando que com a *Guerra do Paraguai*, todas as forças públicas receberam a denominação de *VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA*.

* * *

Já a temática **Guerra do Paraguai** - em 1865 é tratada com destaque por *Ubaldo Monteiro* em sua obra – o autor apresenta a participação da polícia nesse episódio, e esclarece que, após a invasão de Corumbá pelos paraguaios, a defesa de Cuiabá precisava ser assegurada. Argumenta *Ubaldo* que, à época, as forças da Capital não passavam de 143 homens e houve por bem apelar para a *Guarda Nacional*²⁵, voluntários e pequena Força de Polícia, o que serviu de base para a organização do Corpo de *Voluntários da Pátria*, com quem contou *Augusto Leverger*, o *Barão de Melgaço* para impor a defesa.

Explica o autor que foi com esse contingente reforçado e sob o comando de Antonio Maria Coelho, que Corumbá foi retomada, no dia 13 de junho de 1867. Nesses termos, *Ubaldo Monteiro* apresenta em seu texto, um breve elogio e uma constatação sobre a participação da Polícia de Mato Grosso, na *Guerra do Paraguai*:

[...] Não há negar que a pequena polícia de Mato Grosso participou dessa retomada, pois para o feito não ficou homem válido em Cuiabá, conforme se vê dos anais. “No ano de 1865, a pequena polícia cuiabana esteve com seus componentes em apuros – os vencimentos atrasaram durante alguns meses”. Em 1868 após a retomada de Corumbá e retorno da tropa, a população de Cuiabá ficou reduzida de doze mil almas para cerca de metade, pois a varíola grassou violentamente e dizimou civis e parte dos efetivos da polícia, deixando os cuiabanos em situação angustiante [...]. (MONTEIRO DA SILVA, 1985, p.25).

* * *

²⁵ A **Guarda Nacional** foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o período regencial, em agosto de 1831, para servir de "sentinela da constituição jurada", e desmobilizada em setembro de 1922. No ato de sua criação lia-se: "Com a criação da Guarda Nacional foram extintos os antigos corpos de milícias, as ordenanças e as guardas municipais."^[1] Em 1850 a Guarda Nacional foi reorganizada e manteve suas competências subordinadas ao ministro da Justiça e aos presidentes de província. Em 1873 ocorreu nova reforma que diminuiu a importância da instituição em relação ao Exército Brasileiro. Com o advento da República a Guarda Nacional foi transferida em 1892 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em 1918 passou a Guarda Nacional a ser subordinada ao Exército, sendo incorporada como exército de 2ª linha, acabando diluída. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_(Brasil))> Acesso em 23/mar/2016.

O trilhar inicial do **Período Republicano** - em Mato Grosso é uma das temáticas tratadas por *Ubaldo Monteiro* em seu livro, onde narra a trajetória política dos coronéis. Destaca que no ano de 1892, o governo do Estado, Dr. *Manoel José Murтинho* é deposto pela *Força Militar da Guarnição*, constituída do 8º Batalhão de Infantaria, Cia de Operários do Arsenal de Guerra, Corpo da Polícia Militar e o 21º B.I de Corumbá. Entretanto, *Generoso Ponce*, um dos coronéis da política da época, não concordou com a medida adotada e preparou a reação.

Revela *Ubaldo Monteiro* que *Ponce* mobilizou uma força mista de três mil homens e ameaçou tomar Cuiabá. Por outro lado, o chefe de polícia da época, o Coronel *Jesuino de Souza Brito*, dirigiu intimação a *Generoso Ponce* para que retirasse os grupos armados das cercanias da Capital, pois a polícia iria manter a ordem a qualquer preço. *Ponce* levou avante o seu plano de reação contra a *Polícia Dominadora*.

É sabido que a polícia, teoricamente, é obediente às leis e aos regulamentos, cuja montagem burocrática, à época, obedecia aos ditames da Constituição de 15 de agosto de 1891, conforme destaca *Ubaldo Monteiro* em seu texto, no art.25§8º, dizia:

Distribuir a Força Pública e mobiliza-la, segundo as exigências da segurança e tranquilidade do Estado. (MONTEIRO DA SILVA, 1985, p.33).

Para *Ubaldo Monteiro*, este dispositivo constitucional foi cumprido pelo governo, mas a polícia de então, meses depois, já rebelava contra o Chefe do Poder Executivo Estadual. Assim, em face desses acontecimentos, a Intendência Municipal da Capital organizou provisoriamente um *Batalhão Patriótico*, com o nome de *Antonio Maria*, com intuito de auxiliar na manutenção da ordem pública. Vale dizer que os oficiais do *Corpo da Polícia* andavam divididos, isto é, não inspiravam confiança.

Frente à situação estabelecida, digo, ao enfrentamento entre o governo de Mato Grosso, via *Batalho Patriótico* e o *Corpo da Polícia*, o Coronel *Generoso Ponce*, organizou seus batalhões dando-lhes o nome de *Exército Floriano Peixoto* e com ele invadiu e tomou Cuiabá, repondo no governo o Dr. *Manoel José Murтинho*.

Portanto, são essas histórias que abrem uma senda nova para analisar os processos de construção do Estado brasileiro em sua concretude.

* * *

Outro fato político e por não dizer pitoresco, narrado pelo autor, em sua obra é o **Caso do Bonde** – episódio ocorrido durante o governo do Engenheiro *Antônio Corrêa da Costa*, em 1898, com a participação da polícia. *Ubaldo Monteiro* conta que o *Senador Generoso Ponce* se achava no

bonde puxado a burros quando deparou com quatro *Praças do Corpo de Polícia* a mandar parar o dito bonde, esclarecendo que era ordem do Chefe de Polícia, Major *Frederico Adolfo Josetti*, para não trafegar por falta de segurança do veículo. Por outro lado, o Senador *Ponce*, como diz *Ubaldo Monteiro*, homem forte naquela época, deu ordem contrária ao condutor: “*Siga o bonde, siga*”. Os soldados nada puderam fazer, ou seja, não iam prender o Senador, e o condutor do bonde também não quis desobedecer e colocou o Bonde em movimento. Assim, segundo *Ubaldo*, no dia seguinte, o Chefe de Polícia demitiu-se do cargo e o governador, *Antonio Corrêa*, renunciou. Frente ao exposto, *Ubaldo* conclui dizendo que no final do século, a polícia se limitava ao cumprimento de ordens, não do poder da Polícia, mas de autoridades diversas.

* * *

Nas histórias contadas por *Ubaldo Monteiro*, em sua obra, não poderia faltar a temática: **A polícia nas Revoluções de Totó Paes** – o proprietário da famosa *Usina Itaicy*.

Conta *Ubaldo* que no conflito, Revolução de 1899, *Totó Paes*, nada satisfeito com o regime *poncista*, imperante desde 1892, organizou força de patriotas a que deu o nome de *Legião Campos Sales* e com ela cercou Cuiabá. Alerta *Ubaldo Monteiro* que a polícia naquele tempo era denominada de *Corpo de Polícia* e às vezes *Força Pública*, manteve-se fiel ao governo até sua deposição dias depois, quando as forças de *Totó Paes*, composta de três mil homens, dominou a cidade a pretexto de nulidade das últimas eleições com fraude nas urnas de Várzea Grande e de N. S. do Livramento.

De acordo com *Ubaldo Monteiro*, trata-se de um período trágico e uma fase dura para a polícia de Mato Grosso, vez que esteve envolvida, sempre acompanhando os governos que entravam, pois não havia outro caminho, visto ser organismo dependente dos poderes constituídos.

Segundo o autor, a sociedade cuiabana vivia envolvida por constantes conflitos, a maioria motivada pelas desavenças políticas ou policiais, sendo comuns os tiroteios, as sortidas criminosas, e a polícia ia recebendo ordens, às vezes absurdas, mas, só lhe cabia cumprir. Entretanto, *Ubaldo Monteiro* em seu texto faz conhecer que muitos soldados pereceram nessa fase em que o sangue corria em vários municípios do Estado.

Ainda, nesse episódio, *Generoso Ponce* conclamou, nas ruas de Cuiabá, os amigos para a defesa do governo contra as investidas de *Totó Paes*. *Generoso Ponce*, mesmo sabendo que a polícia estadual era diminuta e mal municada, o conflito entre os homens da *Legião de Campos Sales*, de *Totó Paes* e os homens de *Ponce*, com exígua polícia e os patriotas, acaba acontecendo. Assim, no dia 10 de abril de 1899, Cuiabá torna-se um campo de batalha.

Ubaldo Monteiro relata com detalhe o trágico conflito:

Em torno dos edifícios públicos principais ergueram-se trincheiras, dentro das quais a reduzida polícia, que não chega a duzentos homens e cerca de mil populares armados como podem: espingardas de caça e comblains... Resultado: A força de Totó Paes toma Cuiabá e este passa a mandar. Quatro meses depois realizam-se as eleições e no dia 15 de agosto assume o governo(eleito) o Capitão de Mar e Guerra, Antonio Pedro Alves de Barros [...]. (MONTEIRO DA SILVA, 1985, p.39).

* * *

A seguir, *Ubaldo Monteiro* passa a narrar mais um episódio proposto em sua obra, cuja temática agitou a década de 20 em Mato Grosso: **Carvalhinho e Morbeck no Garças** - movimento que ocorreu na então região Leste de Mato Grosso, onde foram descobertos vários garimpos de diamante, tendo Santa Rita do Araguaia e Lageado (Guiratinga), centros de atividades da garimpagem. Argumenta ainda que, depois, foi surgindo Cassununga, Tesouro e outros garimpos, que, segundo *Ubaldo Monteiro*, eram explorados pela escória provinda de estados do Nordeste, gente valente e ambiciosa.

Portanto, lugares que se tornaram perigosos, cujos destacamentos de policias eram considerados incapazes e desmoralizados pelos garimpeiros, sempre em bandos armados não pagavam impostos, nem admitiam qualquer interferência nos monchões que exploravam.

Argumenta o autor que, no fim do ano de 1922, a ambição de muitos gerou lutas, os bandos estavam estabelecidos em Santa Rita do Araguaia, sendo que o baiano, engenheiro *José Morbeck*, chefiava um bando armado contra o governo do Estado - *Morbeck*, homem que travou lutas com vários grupos, deixou pelo caminho rastros de desentendimentos na região do garimpo, pois investiu contra seu último desafeto, o caudilho, também nordestino, *Manoel Balbino de Carvalho* – o *Carvalhinho* - chefe de outro bando de garimpeiros.

Fato curioso é que *Carvalhinho* foi nomeado pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Cel. *Pedro Celestino*, para o cargo de *Delegado de Polícia* da região. Segundo *Ubaldo Monteiro*, com essa medida o governo evitava mandar força do Estado para um setor perigoso, distante, e cuja força tinha que ser de elevado efetivo e bem armada, surgindo mesmo assim, o perigo de vir o “Leste” se transformar num segundo “Canudos”²⁶, pois a região estava dominada totalmente por

²⁶ A chamada **Guerra de Canudos, revolução de Canudos** ou **insurreição de Canudos**, foi o confronto entre um movimento popular de fundo sócio religioso e o Exército da República, que durou de 1896 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia, no Brasil. O episódio foi fruto de uma série de fatores como a grave crise econômica e social em que encontrava a região à época, historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, situação essa agravada pela ocorrência de secas cíclicas, de desemprego crônico; pela crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do

“gente de fora”, disposta a tudo, uma vez que lutavam em cima da área diamantífera passando fome, suportando os rigores do clima, visando a um só objetivo: *a sorte de achar uma grande pedra*.

Para *Ubaldo Monteiro* a clara intensão do governo era a seguinte:

[...] dividir e enfraquecer as forças dos dois caudilhos (que já se digladiavam) sem dispendere recursos, pois deles não dispunha. E foi o que aconteceu. *Morbeck* de pronto hostilizou a nova autoridade e *Carvalhinho*, que tinha se envaidecido com o cargo, resolveu impor seu prestígio, reforçando seu quadro de jagunços, uma vez que o chefe baiano contava com um grupo numeroso [...]. (MONTEIRO SILVA, 1985, p. 59).

Revela *Ubaldo Monteiro* sobre tal assunto que, daí por diante, a luta travou-se violenta, com sortidas constantes, ensanguentando o Garças. E, a polícia, um pequeno destacamento, era comandante o Ten. José Rodrigues de Souza, a disposição do delegado *Carvalhinho*.

Relata ainda o autor que vários enfretamentos ocorreram, por exemplo, a invasão da casa de *Carvalhinho* pelo bando de *Morbeck*, porém, conclui *Ubaldo Monteiro* que *Morbeck* é enfraquecido, vez que o governo mandou para a zona garimpeira, um contingente maior de policiais para impor a ordem. Argumenta ainda que *Morbeck* logo desistiu e abandonou Mato Grosso, mas, reforça que no “Leste” os núcleos garimpeiros deram muito trabalho aos destacamentos policiais durante toda década de vinte e depois dela, ocorrendo mortes de bandidos, prisões de criminosos e assassinatos de policiais, inclusive de oficial.

* * *

O tema a seguir é pouco conhecido e debatido pela historiografia regional, *Ubaldo Monteiro* faz a inclusão do mesmo em sua obra – **1930 - A Revolta de Vila Bela** – Conta *Ubaldo Monteiro* que em princípios de outubro de 1930, o 2.º BC e o *Esquadrão de Cavalaria da Polícia* passaram à disposição do Comando da *Circunscrição Militar* face ao “estado de sítio”²⁷ decretado pelo Governo Federal e uma semana depois também o *C.G. e o 1.º BC* foram incorporados ao Exército contra Vargas.

clima e da exclusão econômica e social [...] (Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/canudos/> Acesso em 29 mar.2016).

²⁷ O *Estado de Sítio* é um instrumento burocrático e político sobre o qual o chefe de Estado – que, no Brasil, é o (a) Presidente da República – suspende por um período temporário a atuação dos poderes legislativo (deputados e senadores) e judiciário. Trata-se de um recurso emergencial que não pode ser utilizado para fins pessoais ou de disputa pelo poder, mas apenas para agilizar as ações governamentais em períodos de grande urgência e necessidade de eficiência do Estado (Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/politica/estado-sitio.htm>> Acesso em 30 de mar. 2016).

Mas, em Vila Bela, *Ubaldo Monteiro* revela a existência de *Julião Francisco de Brito*, chefe político da facção de Aníbal de Toledo, que entrou em desentendimento com seu sogro, Major Petronilho, adepto da Revolução de Getúlio Vargas, que se consumava.

Segundo *Ubaldo Monteiro*, *Petronilho*, vendo-se ameaçado pelo genro, telegrafou ao Interventor de Mato Grosso pedindo providências, e este mandou imediatamente o Capitão *Titi* (Manoel da C. Ribeiro), que tinha fama de valente, para comandar um contingente da Força Pública, cuja ordem era de trazer *Julião* preso.

Julião, de acordo com *Ubaldo Monteiro*, era um negro forte, amável, mas valente, e resolveu preparar-se belicamente para receber uma possível ação do governo. De acordo com as suas pesquisas, *Ubaldo Monteiro* conta que *Julião* armou seus correligionários e que: “[...] em cada janela das velhas casas da antiga Capital, havia um cano de espingarda aguardando os acontecimentos e a ordem de *Julião* [...]” (MONTEIRO, p. 71, 1985).

Assim, quando o contingente da polícia aparece no estirão do Guaporé, em formação de ataque, não sabendo, porém, que *Julião* tinha colocando um velho canhão na barranca daquele rio.

Esclarece ainda, *Ubaldo* que *Julião* mandou encher o canhão de pólvora, chumbo grosso, parafusos e seixos rolados, arma do tempo das tropas de Dragões. Com a aproximação das tropas, *Julião* mandou que o baiano Cassianão preparasse a mecha para o disparo e este, estendendo a comprida vara fumegante, pôs fogo na arma modelo 1763.

Explica, portanto, *Ubaldo Monteiro* que o canhão quase saltou do fosso em que fora posto. Causou um medonho estrondo que apavorou a todos. Já os policiais da dita diligência foram colhidos pela surpresa, no maior terror e pânico, se dispersando numa correria tremenda, perdendo-se pelo interior da selva fronteira à serraria. *Julião* foi preso, processado e acusado de haver assassinado um soldado da polícia e promover um movimento separatista, cuja pretensão era fazer Vila Bela independente do Brasil. *Julião*, em 1952, no quintal da sua residência foi assassinado por uma bala calibre 22, e o seu matador não foi descoberto até hoje.

* * *

Ubaldo Monteiro também escreveu em sua obra a história sobre **A Santa de Poconé e a Polícia de Mato Grosso**²⁸ - trata-se de uma temática conhecida regionalmente, onde para muitos a época havia uma “santa” em Poconé. O autor revela que, desde 1931, em Mato Grosso, uma mulher denominada “Doninha”, que residia num sítio chamado “Tanque Novo”, não distante da cidade de Poconé, vinha fascinando um grande grupo de “crentes” – gente humilde – com curas “milagrosas”

²⁸ Sobre esse assunto ver COSTA, M. F. (1987) - *Tanque Novo: a dimensão política de um movimento religioso MT 1930 – 1934*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1987.

e, de tal forma, foi crescendo o número de fanáticos e entre eles os desaforados, tornando-se alarmante a situação, razão porque a polícia entrou em ação e as autoridades determinaram o recolhimento de *Doninha* ao Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá para tratamento de saúde.

Ubaldo Monteiro revela que um *habeas-corpus*, expedido pelo Tribunal de Justiça, deu liberdade à pseudo “Santa de Poconé”, que voltou a impressionar a credence popular no mesmo “Tanque Novo”, crescendo o número de adeptos de *Doninha* que foram espalhados por toda a Poconé e praticando atentados como o ocorrido na Fazenda de “Ichu” onde espancaram o proprietário João G. Dorileo, pessoa de bons antecedentes.

Nesses termos, de acordo com *Ubaldo Monteiro*, o Delegado de Polícia de Poconé, o Tenente Joaquim Correa da Silva, deslocou-se para Cuiabá escoltando indivíduos que foram encontrados na prática de violências em “Tanque Novo”, e que haviam espancado o proprietário da fazenda de “Ichu”.

Revela o autor que uma pequena força foi deslocada para a área, a fim de tomar as medidas policiais que as circunstâncias exigiam. Uma comitiva foi deslocada para o local, sendo formada pelo Tenente Joaquim Corrêa, o Cel. Antônio Avelino Correa da Costa, o Prefeito de Poconé e seu sobrinho Henrique Paes de Proença, cinco praças da Força Pública, todos transportados em caminhão pelo motorista Pedro Zeferino de Paula. Conta *Ubaldo Monteiro* que faltava um quilometro para a comitiva chegar a “Tanque Novo”, eram cinco horas da manhã do dia 7 de junho, quando homens emboscados atacaram a escolta, fazendo fortes descargas sobre o caminhão, ocasionando a morte de Henrique de Henrique Paes de Proença e ferimentos no Ten. Joaquim Corrêa, no Prefeito Antônio Avelino e no chofer Pedro Zeferino. Para resolver a questão, o governo do Estado mandou um forte contingente da polícia para Poconé. Porém, esclarece *Ubaldo Monteiro* que a nova diligência também sofreu ataques pelos audaciosos adeptos de *Doninha*, assim que chegaram, em pleno Quartel, mas, estes não lograram êxitos, pois foram rechaçados e deixaram dois mortos. Segundo a história, o Juiz de Direito da Comarca, por ter-se desentendido com o Prefeito, foi o maior responsável pela lamentável ocorrência.

Dessa maneira, *Ubaldo Monteiro* finaliza o assunto registrando que a Força Pública de Mato Grosso foi quem, sozinha, levou Poconé ao retorno da ordem pública e a única prejudicada, mormente na integridade física de alguns de seus componentes, pois o tenente Joaquim Corrêa da Silva teve seu peito atravessado por uma bala de calibre 44, que, por pouco, não o matou.

* * *

Com o texto **O Decreto n.º 337, de 25 de julho de 1947** – *Ubaldo Monteiro* procura mostrar as importantes mudanças pelas quais passou a polícia, especialmente, a partir da intervenção do Governador do Estado de Mato Grosso, à época, *Arnaldo de Figueiredo*, quando decretou:

Art. Único - *a Força Policial do Estado passa a denominar-se POLÍCIA MILITAR, revogando as disposições em contrário.*

Entretanto, explica *Ubaldo Monteiro* que quando da promulgação da Constituição do Estado, a polícia passou a ter uma fase totalmente diferente da que viveram seus componentes durante os quinze anos de ditadura, que de benefício mesmo, sem as “duras regras do jogo” imposto pelo Poder Discricionário, ela gozou desse privilegio de formar suas turmas de oficiais nas escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo, medida essa que, inegavelmente, mudou a imagem da Milícia anterior, quando cada oficial andava com um revólver 38 ou 44 na cintura, bem visível, isto é, tentava impor o respeito pelo temor e não pelas normas que devem disciplinar a manutenção da ordem pública.

Argumenta *Ubaldo Monteiro* que, com a volta da Democracia, entretanto, houve excessos de liberdade de alguns comandantes, e isso ocorreu para que a polícia não encontrasse o seu caminho ideal – o da ação no âmbito da legalidade. Porém, *Ubaldo Monteiro* faz destaques com relação ao desaparecimento da corporação do uso de certas indumentárias, por exemplo, o uso do *talabarte*, *botas com esporinhas*, o *culote* e a *polaina*, está bastante incomoda, tirando ao soldado, quando de serviço, a mobilidade necessária para entrar em ação. Não há como negar que o uniforme do oficial dos trinta e quarenta era mais bonito que o atual, mas impróprio para o nosso clima, segundo o autor.

Portanto, o ano de 1947 marcou um período novo para todas as atividades, e a polícia de Mato Grosso passou por várias transformações, pois, muitos oficiais prejudicados por atos discricionários foram revertidos ao serviço ativo, mas também se reverteram e foram admitidos elementos que não tinham condições de acesso ao oficialato, iniciando-se estas irregularidades na fase final da gestão do último interventor.

Assim, a Constituição do Estado de Mato Grosso, no seu título IX, no que tange a Polícia Militar:

Art. 136 – A Polícia Militar, instituída para manter a segurança interna e assegurar a ordem no Estado, é considerada força auxiliar do Exército Nacional, nos termos da Constituição Federal.

* * *

Ubaldo Monteiro destaca em seu texto que o momento ímpar para a Polícia Militar de Mato Grosso aconteceu com - **A Década de 50 e o funcionamento do Centro de Instrução Militar (CIM)** – mudanças que ocorrem no governo de *Fernando Corrêa da Costa*, ano de 1951, ocasião da nomeação do Comandante de Polícia, Tenente Coronel *Daniel de Queiroz*, o qual revelou não ter participado de nenhum curso durante sua longa vida de miliciano, onde sempre opinara favoravelmente pela instrução da tropa, e, em especial, a da formação dos quadros.

Observa *Ubaldo Monteiro* que a queda de produção da polícia foi dada pela falta de instrução porque vinha passando a Corporação. Registra também que, em 10 de fevereiro de 1951, o referido comandante criou e fez funcionar o *Centro de Instrução Militar*, o **CIM**, a alegação principal, ou a motivação para tal criação, diz respeito à não autorização do governo anterior, o envio de nenhuma turma de alunos para os Cursos de Oficiais, passando a preencher as vagas com praças da P.M. e oficiais do NPOR.

Sabe-se que segundo a obra do autor, o Centro foi entregue à responsabilidade e a direção da instrução, ao Major *Ubaldo Monteiro*, montada, porém, com árduo trabalho e com a falta de material, fardamento adequado, regulamentos atualizados e corpo docente capaz, o que promoveu vários deslocamentos até o Rio de Janeiro e a São Paulo, para encaminhamento dos trabalhos de organização da Escola, suprindo-a na medida do possível, pois os recursos também não eram muitos.

De acordo com *Ubaldo Monteiro*, vencida a fase embrionária, ou seja, a instalação do Centro, no dia 5 de setembro de 1953 formava-se a primeira turma de oficiais oriundos do Centro de Formação de Oficiais (CFO), do Centro de Instrução Militar (CIM) de Mato Grosso. Esclarece ainda, o autor que, a partir daí, 6 turmas de oficiais, num total de 52 Aspirantes, foram declarados nos anos de 1953 a 1960, suprindo as deficiências que indiscutivelmente, existia na organização da Polícia Militar de Mato Grosso. Informa também, que várias dezenas de cabos e de sargentos concluíram cursos no CCC e CCS, programados pelo CIM, preenchendo com relativa eficiência tal demanda.

Percebe-se que tal iniciativa resultou em novos encaminhamentos para a reformulação da Corporação. Esclarece *Ubaldo Monteiro* que nessa década, muitos oficiais foram reformados, pois não se admitiram mais nenhum graduado ou oficial nas fileiras da polícia, sem que fosse portador de curso regular, exceto os especialistas.

Contudo, *Ubaldo Monteiro* explica que, com a mudança de governo, houve reversões de oficiais reformados, mormente para ocuparem cargos de comando, porém, não houve admissão, de elementos novos irregularmente. Revela também que em 1960, no governo de *Ponce de Arruda*, o

CFO foi extinto, quando a Escola formou a última turma de Aspirantes, depois de ter produzido muito no campo da instrução durante nove anos.

Assim, *Ubaldo Monteiro* conclui dizendo que a década de 60 entrou com a Escola fechada, sob alegação de falta de recursos, mais, o que faltou foi coragem para enfrentar a responsabilidade e o trabalho que um Centro de Instrução dá aos componentes desse organismo, mormente à Diretoria de Instrução.

* * *

Vale mencionar que, com relação aos **Rebaixamentos** – o autor, mediante o Boletim do Comando Geral (CG), de 9 de fevereiro de 1956, registra que o militar, Ten. Coronel *Ubaldo Monteiro da Silva* requereu licença para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Estado, onde teve o seu pedido indeferido. Nesse sentido, informa *Ubaldo Monteiro* que no Boletim do dia seguinte, o Governador *João Ponce* tornava sem efeito as promoções recebidas pelos Tenentes Coronéis, dos Majores Luiz de Carvalho, José Saab, Ubaldo Monteiro e outros, ocorridas no final do ano anterior.

Revela também que, não conformando com essa medida imposta pelo governante, o então Major *Ubaldo Monteiro* pediu sua exoneração das fileiras da Polícia de Mato Grosso e que lhe foi concedida a 2 de abril de 1956, e, no seguinte o ex-oficial se candidatou a deputado estadual, sendo eleito graças a união da maior parte dos oficiais e praças da Milícia Mato-grossense que, pela primeira vez passa a ter um representante no Poder Legislativo de Mato Grosso. Já no governo de Fernando Corrêa da Costa, em 1963, cumprindo os dispositivos legais (Lei da Inatividade), o Major *Ubaldo Monteiro* retornou às fileiras da Polícia Militar, passando para a inatividade em 1964.

* * *

Outro assunto tratado por *Ubaldo Monteiro* em sua obra é sobre o **Histórico do Corpo de Bombeiros da PMMT**²⁹ - conta o autor que o *Corpo de Bombeiros* da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso foi criado e destinado ao “Serviço de Extinção de Incêndios e Salvamento”, por força da Lei n. ° 2.184 de 19 de agosto de 1964, no governo de *Fernando Corrêa*, sob o comando do Cel. *Luiz de Carvalho*, ficando o efetivo *Corpo de Bombeiros* subordinado ao Comando Geral da Polícia Militar de Mato Grosso.

Informa *Ubaldo* que a princípio a atuação do *Corpo de Bombeiros* verificou-se apenas na cidade de Cuiabá, ficando por instalar em Campo Grande e Corumbá, havendo prioridade para as cidades, cujas prefeituras assinassem convênios com o Estado, comprometendo-se:

²⁹ Sobre esse assunto ver SIQUEIRA (2014) – *Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso: Jubileu de Ouro (1964-2014)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2014.

- a) Construir ou adaptar imóveis necessários, bem como, o pagamento de seus alugueis;
- b) Instalar válvulas de incêndios de acordo com o plano a ser elaborado pela Prefeitura em colaboração com o órgão técnico e outros, obedecida a Lei n. ° 14.639 de 13/10/1965.

A configuração do *Corpo de Bombeiros da PMMT* para o autor estava até então restrita apenas a Decretos e Leis – não tinha condições de funcionamento. Todavia, a sociedade reclamava a atuação dos homens do fogo e a dura luta pela sua concretização, pois o perigo realmente aumentava. O funcionamento do *Corpo de Bombeiros* vai acontecer com o novo Governador de Mato Grosso, *Pedro Pedrossian*, que determinou fosse colocado em funcionamento, o mais rápido possível, o referido *Corpo de Bombeiros*.

Esclarece ainda que, para o funcionamento de fato, era necessário a especialização de um oficial da Polícia Militar para cumprimento dessa missão. Assim, o 2.º Tenente *Amylton Sá Corrêa* foi indicado para frequentar tal curso, no Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo.

Revela *Ubaldo Monteiro* que depois de concluir o referido curso, o Tenente Amylton elaborou a mando do Secretário de Segurança do Estado de Mato Grosso, a feitura do Projeto de Instalação, em conformidade com as normas administrativa e operacionais, com o fim de prever e conseqüentemente prover os meios e recursos necessários a um perfeito funcionamento das múltiplas atividades profissionais e desta forma, contribuir com a segurança para as primeiras implantações de indústrias e novas empresas na Grande Cuiabá, propiciando a estas e à população, garantia e tranquilidade.

Participação do Corpo de Bombeiros que mereceu maiores destaques - assunto, também tratado por *Ubaldo Monteiro* em sua obra, destaca sobre a primeira atuação que se deu em uma extinção de incêndios que se verificou em serraria localizada à Av. Presidente Marques, bairro Quilombo, em Cuiabá.

Outra atuação apontada foi em um incêndio que destruiu a “Casa dos Tecidos Tip-Top”, Rua Joaquim Murтинho e, outros vários como: “Hotel São Luiz, Rua Pedro Celestino esq. c/Voluntários da Pátria”; “Casa Bouret de Mello & Blanco, à Rua Ricardo Franco esq. c/a Rua Campo Grande”; “Bar do Bugre” e “Havaí Lanches” estes dois últimos não tiveram sinistro total; ambos se localizavam na Praça Alencastro – Cuiabá. Mas, para *Ubaldo Monteiro* o de maior realce e atuação do *Corpo de Bombeiros* foi o grande incêndio registrado em 1974, e que culminou com a destruição total do *Supermercado Catarinense*, à época localizada na Av. XV de Novembro e na área de salvamento, o auxílio às vítimas das enchentes do Rio Cuiabá, durante o ano de 1974, cujo acontecimento fez desaparecer o antigo e famoso Bairro Terceiro.

* * *

Um dos últimos assuntos selecionado na obra de *Ubaldo Monteiro* trata-se da temática que diz respeito ao **Aquartelamento da Polícia de Mato Grosso** – trajetória histórica sobre os espaços, aquartelamentos, lugares ocupados pela Polícia em Cuiabá e outras localidades. Descreve *Ubaldo Monteiro* que o primeiro aquartelamento foi num prédio da Praça da República – antigo casarão velho, antigo Correios e Telégrafos, (hoje Ganha Tempo), quando ali era apenas um largo descendo para a prainha, sem trato algum, tendo como referência apenas a Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Era a princípio quartel da “Cia. de Homens do Mato” e depois da “Cia. Policial”, sendo ali localizada para ficar mais perto da sede dos governos da época, pois a Cuiabá dos tempos provinciais era pequena e a população aglomerava-se entre o antigo Largo da Mandioca e a atual Avenida Dom Bosco.

Conta o autor ainda, que, em 1886, a *Cia Policial* foi aquartelar-se num sobrado junto a Santa Casa de Misericórdia, tendo sido emprestada uma carroça do Arsenal de Guerra para fazer a mudança do material.

Já em 1982, teve início a construção do Laboratório Pirotécnico Militar, no 2.º Distrito, à Rua 15 de Novembro. Por não cumprir sua finalidade, foi instalado no local o Arsenal de Guerra, em 1902 e, mais tarde o 38º Batalhão de Caçadores do E.B. Anos depois, no governo de Dom Aquino, a partir de 1919, a polícia veio a se instalar neste Quartel, depois de ter ocupando o prédio da Praça Ipiranga, por quase vinte anos.

Destaca o autor que em outras localidades, vilas, cidades, os destacamentos de polícia abrigavam-se em casas alugadas, geralmente junto as delegacias de polícias. Diz ainda *Ubaldo Monteiro* que, no decorrer do tempo, foram construídos alguns quartéis pelos governantes, como ocorreu com Campo Grande, Dourados, Bela Vista, em se tratando da região sul mato-grossense, hoje Mato Grosso do Sul.

E, com relação ao *Comando Geral*, criado em 1917, *Ubaldo Monteiro* explica que a instalação a princípio ocorreu na Praça da República, em Cuiabá. E que, após Dom Aquino ter assumido o governo de Mato Grosso, o Comandante da Força Pública, Tenente Coronel *Firmo José Rodrigues*, transferiu o dito Comando para o Prédio n.º 44, na Rua Treze de Junho, isto é, para ficar mais perto do Batalhão de Polícia, ainda sediado entre a Praça Ipiranga e a Rua Treze de Junho.

Porém, acrescenta *Ubaldo Monteiro* que, com o crescimento da polícia e a evolução das companhias independentes, passaram a ocupar setores norte e leste de Mato Grosso, objetivando garantir a eficiência na manutenção da ordem pública e, assim, houve por bem o efetivo do Comando Geral ocupar novos espaços e um novo Quartel. Assim, no ano de 1973, o Comando Geral da Polícia Militar deslocou-se para o prédio na Av. Getúlio Vargas, n.º 1426, cujo comando à época estava a cargo do Coronel *Euro Barbosa de Barros*. No entanto, o Comando Geral, em 1975

mudou novamente de endereço, se instalando no 2.º Distrito, à Rua Senador Metelo, prédio de três andares alugado de João Bulhões. Em 1977, o Comando Geral da Polícia Militar transferiu-se para a Av. Ten. Coronel Duarte, nº 1190, onde se encontra hoje.

* * *

Com a última temática histórica apresentada no texto - *Aquartelamento da Polícia*, os lugares da polícia em Mato Grosso, encerra-se este breve ensaio sobre a obra *A Polícia de Mato Grosso (1835-1985)*, de autoria de *Ubaldo Monteiro da Silva*, por ocasião dos festejos comemorativos do seu Centenário (1916-2016) - promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso – IHGMT, familiares e amigos.

As indicações temáticas ofertadas pelo autor, mesmo de forma esparsa na apresentação das fontes, contudo, de ricas informações, o que por vezes parece ser ignorada por parte da historiografia. Por outro lado, sabe-se que a partir da visibilidade dessas temáticas, sobre a história da polícia militar de Mato Grosso, do século XVIII com finalização no XX, com certeza servirão como pistas e sinais aos pesquisadores, estudiosos que tratam do assunto, possibilitando a abertura de uma série de questões, novas frentes de estudos sobre a Polícia militar de Mato Grosso.

O autor procurou colocar em evidências informações mais destacadas sobre a polícia, envolvendo a sua trajetória política e administrativa no Estado, as principais ocorrências, acontecimento relevantes que marcaram a corporação por toda região de Mato Grosso.

Vale ressaltar que o trabalho apresentado por *Ubaldo Monteiro da Silva* contou com a ajuda, informações e participação de ilustres membros da corporação como os Tenentes *Juvenal Francisco do Nascimento*; *Antonio Ayres Nogueira Neto*; *Aésseo Diogo Pereira Tocantins*. Os Coronéis *Antonio Ayres*; *José Silvério da Silva*; *Civis Leão de Moraes* e *Edgar Alexandre de Figueiredo*.

Referências

ACADEMIA MATO-GROSSENSE DE LETRAS (AML). *Cadeira 27 – Ubaldo Monteiro da Silva*. Disponível em <<http://www.academiadeletrasmt.com.br/cadeiras/cadeira-27/152-ubaldo-monteiro-da-silva>> Acesso em 25/mar/2016.

ASSIS, Edvaldo. *Os Mapas de Habitantes de Mato Grosso (1768-1872)*: Guia de Pesquisa. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH - Universidade de São Paulo/USP, São Paulo, 1994.

CANAVARROS, Otávio. *O Poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

COSTA, M.F. *Tanque Novo: a dimensão política de um movimento religioso MT 1930 – 1934*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília (UNB), Brasília, 1987.

DOURADO, Nileide Souza. *Práticas Educativas Culturais e Escolarização na capitania de Mato Grosso (1748-1822)*. Tese (Doutoramento em Educação) - PPGE/UFMT, Cuiabá, 2014.

FREIRE, Silva. *Trilogia Cuiabana*. Presença na audiência do Tempo. Volume I. Cuiabá: EdUFMT, 1991.

LEVERGER, Augusto. *Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso*. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, 2001. (Publicações Avulsas, 19).

MONTEIRO, Ubaldo. *A Polícia de Mato Grosso: História/Evolução (1835-1985)*. 150 anos de sua Fundação. Cuiabá: IOMAT, 1985.

PIRES, Wilson. Ubaldo Monteiro; o nosso maior historiador. Várzea Grande, 2014. Disponível em: <<http://www.varzeagrande.mt.gov.br/portal/conteudo/12340>> Acesso em: 25/03/2016.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *A Rusga em Mato Grosso*: edição crítica de documentos. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1989.

_____. *Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso: Jubileu de Ouro (1964-2014)*. Cuiabá: Entrelinhas, 2014.

SITES:

<http://brasilecola.uol.com.br/politica/estado-sitio.htm> Acesso em 30 de mar. 2016.

<http://www.sohistoria.com.br/ef2/canudos/>>Acesso em 29 mar. 2016.

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_Nacional_(Brasil)) Acesso em 23 mar. 2016.